

SOCIEDADE VIOLÊNCIA JUVENIL

30% dos crimes graves ocorreram dentro da escola

Quase 250 menores entre os 12 e os 16 anos foram obrigados pelos tribunais a cumprir medidas de acompanhamento ou internamento

Em 2022 (últimos dados disponíveis), 243 menores entre os 12 e os 16 anos estavam obrigados pelos tribunais a cumprir medidas de acompanhamento ou internamento em centros educativos pela prática de crimes violentos, como homicídio, ofensas à integridade física, roubo, extorsão ou violação. De acordo com um levantamento feito pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), 30% dos crimes foram cometidos no interior da escola.

No total, os jovens em causa cometeram 292 crimes violentos, mas só foi possível recolher informação sobre o local onde foram perpetrados em 195 casos. Desses, 76 ocorreram na via pública (40%), 60 no interior das escolas (31%) e 27 em instituições de acolhimento (14%).

Ao Expresso, a DGRSP realça que, apesar da sua gravidade, “os crimes violentos praticados em espaço escolar dão lugar, na sua grande maioria (42%), à medida de Acompanhamento Educativo”, que obriga os jovens a cumprir determinadas regras de conduta e a frequentar programas de formação nas áreas definidas pelo tribunal, mas não é privativa de liberdade, ao contrário do internamento em centro educativo — a “pena” mais grave prevista na justiça juvenil. Só 15% dos crimes violentos ocorridos dentro das escolas dão origem a esta medida, o que, de acordo com os serviços prisionais e de reinserção social, “não deixa, mesmo assim, de ser significativo”.

No final do ano passado, a 31 de dezembro, encontravam-se internados em centros educativos 128 jovens, mais 9% do que no período homólogo. No total, praticaram 410 tipos de crimes, a maior parte perpetrados na via pública, com destaque para as ofensas

à integridade física, a ameaça e coação e a difamação. Registraram-se ainda três crimes de violação e nove de abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes.

A esmagadora maioria dos jovens é do sexo masculino (88%), com idades entre os 16 e os 20 anos (68%) — eram menores à data do crime. Os mais novos, quatro rapazes e uma rapariga, tinham 13 anos. Cerca de 70% apenas completaram o 2º ciclo (6º ano) e uma minoria de 8% terminou o 9º ano. Quase 60% dos processos judiciais ocorreram na Grande Lisboa.

Desde 2020 que as solicitações judiciais para a execução de medidas de internamento em centros educativos estão a aumentar. No último ano foram recebidas 179, mais 27% do que em 2022. Representam 9% de todos os pedidos relativos a menores — ou seja, de todos os que cometem crimes, só estes são punidos com privação de liberdade. Há sete centros educativos com um total de 134 vagas: três estão em sobrelotação — principalmente femininos —, dois lotados e os restantes perto dos 80%. No fim do ano passado, a taxa de ocupação era de 95,52%, segundo dados da DGRSP.

Delinquência a crescer

De acordo com o último “Relatório Anual de Segurança Interna”, relativo a 2022, a delinquência juvenil, que compreende a prática de crimes por menores entre os 12 e os 16 anos, atingiu o valor mais alto desde 2016. Só entre 2021 e 2022 o número de participações deu um salto de 50,6%, embora seja preciso ter em conta que praticamente toda a criminalidade baixou durante a pandemia, sendo expectável que voltasse a subir depois. No entanto, no pós-covid não houve apenas um crescimento do número de ocorrências, mas também um aumento da gravidade e da intensidade da violência, nomeadamente no interior das escolas.

No “2º Relatório” da Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta (CAIDJCV), publicado no final do ano passado, refere-se “a existência de sinais de agravamento da realidade em termos pós-pandémicos, com maior agitação, menor tolerância, maiores níveis de agressividade, nomeadamente por parte de crianças/jovens no contexto escolar”.

Para Miguel Rodrigues, chefe da PSP e autor da obra “Violência nas Escolas — Caracterização, Análise e Intervenção”, publicada no ano passado, a falta de meios dos estabelecimentos de ensino para fazer face a este tipo de ocorrências e o “grande desinvestimento” feito na última década nas políticas de prevenção, nomeadamente no Programa Escola Segura, não são alheios ao agravamento da situação (ver entrevista).

JOANA PEREIRA BASTOS
e RAQUEL MOLEIRO
jbastos@expresso.imprensa.pt

NÚMEROS

292

foi o total de crimes violentos praticados por jovens em 2022 e que levaram os tribunais a decretar medidas

42%

dos crimes violentos praticados em espaço escolar dão lugar à medida de acompanhamento educativo, segundo a DGRSP



Vimioso Oito alunos foram suspensos preventivamente e o Ministério Público investiga enquanto se aguarda resultado de perícia médica

“Brincadeira estúpida” ou agressão sexual?

Texto **MARTA GONÇALVES**
Foto **RUI DUARTE SILVA**

Há poucas certezas: 19 de janeiro, 12h30, no corredor junto ao bar da Escola Básica do Vimioso, em Bragança. Os relatos do que aconteceu nessa hora de almoço contam-se com “ses”, “alegados” e “supostos”. Um grupo de oito alunos entre os 13 e 16 anos terá agredido um colega de 11 anos. Uma das versões dá como certo que este foi sodomizado com um cabo de uma vassoura; outra que lhe baixaram as calças e deram uma palmada; outra ainda que era uma simulação de “exame da próstata”.

“Os miúdos comentaram que era um desafio do TikTok, uma coisa de só se deixar de ser vítima quando se

passa a ser agressor”, conta Carina Lopes, presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Vimioso, recordando que o caso está em investigação e “só está claro” que “houve uma espécie de agressão na escola”.

Em causa pode estar um jogo tipo “passa ao outro e não ao mesmo”, em que o agressor “passava” uma pancada à vítima, que, por sua vez, teria que “passar” a outra pessoa, caso contrário perdia. A ação transmissora ia de toques no braço a calduços, por exemplo. Aqui, a lógica seria a mesma, promovendo o ciclo de agressão.

Voltemos a 19 de janeiro. Ainda nesse dia, os envolvidos foram chamados à direção. “Os trâmites legais foram acionados: nomeou-se um instrutor e recolhemos os depoimentos de todos. A escola fez o que tinha de ser feito”, assegura Carina Lopes. “Na sexta, todos, incluindo a vítima, disseram que estavam a brincar. Uma brincadeira

estúpida, mas uma brincadeira.” A direção viu também vídeos gravados com o telemóvel por outros alunos que assistiram a tudo.

A funcionária presente no local terá achado que era só uma brincadeira e não agiu. Esteve com baixa médica um dia (quando o caso se tornou público) mas já retomou funções, tendo sido colocada no serviço à cozinha, sem contacto direto com alunos.

Passou-se o fim de semana e só 72 horas depois é que o aluno foi levado ao centro de saúde e, posteriormente, encaminhado para o Hospital de Bragança. “Com os dados que tínhamos no dia, não havia indícios da necessidade de ir ao médico. Naquele momento foi assim, agora, a sangue-frio, se calhar a decisão tinha sido outra”, acrescenta Carina Lopes. A mãe da alegada vítima e um dos agressores terá então levado o menor por insistência do presidente da Comissão de Promoção dos Direitos e Proteção das



A escola foi remodelada recentemente e é “demasiado grande” para os 230 alunos

Crianças e Jovens (CPCJ) de Vimioso. Os resultados destes primeiros exames foram “inconclusivos”. Aguarda-se pela avaliação do Instituto de Medicina Legal do Porto.

Alunos sinalizados

São nove da manhã e começam a chegar os autocarros e carrinhas que recolheram as crianças das aldeias em redor de Vimioso. Ao final do dia, vão voltar a apanhá-los para os deixar em casa. Alguns alunos chegam a pé sozinhos; outros, mais velhos, trazem os irmãos mais novos pela mão. São poucos os carros que param à beira da escola. Não há uma enchente de pais ou avós à espera das crianças quando a campainha toca, seja à entrada ou à saída.

Olga é a exceção. Parou o carro à hora de almoço para ir buscar David, de 11 anos. Conhece todos os envolvidos. “Claro que me preocupa”, diz. “Por acaso, o David quando chegou a casa falou-me do assunto e nem dei grande importância. Só quando vi nas notícias é que percebi melhor. Mesmo nas brincadeiras das crianças há limites.” Não muito depois, outro carro pára no lugar que Olga acabou de deixar livre. “Tenho cá as minhas duas filhas, de seis e 13 anos, estou muito tranquila”, assegura Ana Sofia.

Como medida de prevenção, os oito rapazes foram suspensos por quatro dias. “A suspensão pode chegar aos seis dias e a sanção máxima é transferir para outro estabelecimento, mas aqui é impossível porque só há uma escola”, explica Carina Lopes. “São menores, têm obrigação de ir à escola.”

Alguns dos envolvidos foram sinalizados pela CPCJ no passado, mas atualmente não havia qualquer sinalização. No caso da família da alegada vítima e de um dos agressores as condições socioeconómicas “melhoraram substancialmente”. “Noutros tempos, visitámos o agregado para ver se as coisas melhoravam, deparávamo-nos sempre com condições um pouco desumanas, mas neste momento não. É uma ‘mãe galinha’ e esmerada, o

processo foi arquivado”, diz António Santos, presidente da CPCJ local.

O rapaz mais velho do grupo de alegados agressores é apontado como o mais problemático. O seu processo foi entregue ao Ministério Público para que “tenha acesso ao histórico de comportamentos” ao longo dos anos. Em Vimioso, por mais que as identidades sejam protegidas, todos sabem quem são. Ao que o Expresso conseguiu apurar, o jovem está inserido num núcleo “desestruturado”, onde existem relatos de violência.

O Expresso tentou contactar a direção da escola, mas sem sucesso.

Contradições

Há mais de uma década que os alunos deixaram de ir à loja de Filipe. “Tudo o que precisam tem na papelaria lá dentro. Nem os vemos, passamos ali pela rua e nem os ouvimos. Aliás, sobre a suposta agressão só soube pelas notícias.” Só pela televisão porque já não se vendem jornais na vila, ninguém os compra. Nem nas bombas de gasolina. “A despesa que tínhamos com a garantia bancária não compensa, vendia dois jornais por semana.”

O quiosque das gomas só abre nos intervalos das aulas. O Amarelinho, logo a seguir, é o café onde os alunos vão parando. “Nunca houve problemas”, garante a funcionária. “Quando chegam fazem barulho mas são miúdos. Até os que não pagam porque vêm cá mais tarde acertar contas.” Tem tudo apontado num caderno.

JUNTA MANTÉM QUE HOUVE AGRESSÃO; CÂMARA, CPCJ E CONSELHO DE ESCOLA DIZEM QUE FACTOS ESTÃO POR APURAR

A história chegou aos meios de comunicação uma semana depois da alegada agressão, em comunicado enviado pelo presidente da Junta de Freguesia do Vimioso à agência Lusa. O Expresso tentou encontrar-se com José Manuel Ventura, mas não foi possível. Ao telefone, voltou a confirmar o que já tinha sido noticiado nos últimos dias. “Sim, foi isso”, disse apenas quando questionado concretamente sobre a sodomização do aluno. “Foram alguns pais que me deram conta da situação após os filhos lhes terem contado.” Quando soube, garante, contactou as autoridades, incluindo GNR e Direção Regional de Educação do Norte. “Não fui à escola porque este é um meio pequeno e conhecemo-nos todos, sei que não valia a pena.”

O Ministério Público já abriu inquérito, a escola tem em curso uma investigação interna e a família da alegada vítima está a receber apoio psicológico, enquanto se aguardam os resultados dos primeiros exames. “A escola tomou as diligências que tinha de tomar. Sempre foi pacífica e pacata, agora houve este episódio que, a ser como o que foi descrito, é muito grave. Tem que se apurar causas e consequências. Vamos esperar”, diz António Jorge Falcão, presidente da Câmara de Vimioso.

A quarta-feira à tarde não há alunos no Vimioso. Os miúdos que continuam pelo pátio ficam para apoios ou atividades extracurriculares. Aos poucos, ao fim do dia, começam a chegar os mais velhos que vêm para o futsal — onde alegados agressores e vítima partilhavam treinos. Cerca de meia dúzia correm e brincam, dois deles pizam-se e rapidamente a tensão escala. O mais alto, de cabelo louro, faz peito ao mais baixo. Uma das raparigas avisa: “Estão pessoas a ver-nos.” Isso não os desmobiliza. E insiste: “Estão pessoas ali fora a ver-nos.” Um funcionário, em passo acelerado, aproxima-se. Separa os dois rapazes e conversam. Em poucos minutos, tudo volta a parecer calmo.

mpgoncalves@expresso.imprensa.pt

Miguel Rodrigues Chefe da PSP e investigador na área da Educação

“Em média, há um caso de ofensa sexual por cada dia de aulas”

Com 20 anos de experiência na PSP, incluindo no Programa Escola Segura, Miguel Rodrigues publicou no ano passado a obra “Violência nas Escolas — Caracterização, Análise e Intervenção”, que se baseia em estatísticas oficiais e em 200 entrevistas a professores, diretores, psicólogos escolares, alunos e polícias. Doutorada em Educação, o investigador do Instituto Superior de Ciências Policiais lamenta o desinvestimento que diz ter sido feito nos últimos anos em matéria de prevenção da violência escolar.

❑ O levantamento que fez indica que, na última década, foram registadas, em média, nove mil ocorrências por ano de violência nas escolas. A que tipo de situações correspondem?

❑ Os ilícitos em ambiente escolar enquadraram-se em 10 tipologias. As agressões físicas são as mais comuns, representando 36% dos casos, depois as injúrias e ameaças, o furto, o roubo, o vandalismo, as questões ligadas ao consumo e ao tráfico de estupefacientes e as ofensas sexuais.

❑ O caso do aluno que alegadamente foi sodomizado por colegas numa escola enquadrar-se nesse âmbito das ofensas sexuais. Será um caso isolado?

❑ Esse caso teve mais impacto pela sua aparente brutalidade. Mas, desde 2010, foram registados, em média, 174 casos de ofensas sexuais por ano nas escolas, que abrangem contactos físicos não desejados, atos exibicionistas, coação sexual, abuso sexual e violação. Tendo em conta que em cada ano letivo há 175 dias de aulas, é uma por dia. E o número real é certamente maior, já que neste crime a vítima tem, por norma, dificuldade ou vergonha de denunciar.

❑ Uma das particularidades deste caso é o facto de ocorrer num meio muito pequeno, quando estamos habituados a associar a violência escolar às

grandes cidades e subúrbios. Surpreende-o?

❑ De facto, nesta média de 12 anos, a maioria das ocorrências (56%) concentra-se em Lisboa. No extremo oposto, temos Portalegre, Guarda, Castelo Branco e Beja. De uma forma geral, sabemos que é nos chamados Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), que estão localizados em zonas mais carenciadas, que há mais ocorrências. A criminalidade nessas zonas é sempre maior e é também por isso que estão identificadas como prioritárias. No caso do Vimioso, trata-se de um meio muito pequeno, e por isso acho que poderia ter-se evitado a divulgação da escola, porque isso leva muito facilmente à identificação daquela criança.

❑ Segundo o último “Relatório Anual de Segurança Interna”, a criminalidade juvenil atingiu em 2022 o valor mais alto dos últimos sete anos. O que pode explicar este aumento?

❑ Além do impacto da pandemia, acho que tem muito a ver com o grande desinvestimento que houve nas políticas de prevenção. Nos últimos 12 anos houve uma redução de 11% nos polícias que estão no Programa Escola Segura e de 20% nas viaturas para eles trabalharem. Em Sacavém, por exemplo, onde há 20 escolas, há dois ou três elementos do Programa Escola Segura, mas não conseguem trabalhar porque não há carro.

❑ As escolas têm meios para lidar com casos de violência?

❑ Os recursos humanos são muito escassos. Se formos a uma secundária com 1500 alunos durante o intervalo, encontramos um ou dois assistentes operacionais em pontos estratégicos. Facilmente um aluno que queira cometer algum ilícito consegue fazê-lo numa zona mais escondida. O rácio de assistentes operacionais devia ser muito maior, já que estes são fundamentais a nível da prevenção. E deve-se melhorar a capacidade de todos os atores da escola — direção, professores e assistentes —, fornecendo-lhes mais ferramentas e formação para que estejam mais aptos a identificar e a prevenir a violência.

❑ Tem 20 anos de experiência na PSP, incluindo no Programa Escola Segura. O que mais mudou ao longo deste tempo?

❑ O bullying e o cyberbullying tornaram-se muito mais recentes, apesar de não haver dados oficiais, já que não estão configurados como crime.

❑ O uso de telemóveis tem causado grande perturbação nas escolas, o que já levou algumas a proibi-los. Concorda?

❑ O telemóvel poderia ser entregue a um funcionário no momento em que o aluno entrasse na escola e só lhe seria devolvido quando saísse. É muitas vezes nos intervalos que os alunos conseguem filmar e gravar conversas que podem causar um impacto negativo em muitas crianças e jovens. Sei que é controverso, mas a proibição seria uma forma de mitigar esse risco.

HUGO FRANCO e J.P.B.
hfranco@expresso.imprensa.pt

“NOS ÚLTIMOS 12 ANOS HOUVE UMA REDUÇÃO DE 11% NOS POLÍCIAS QUE ESTÃO NO PROGRAMA ESCOLA SEGURA E DE 20% NAS VIATURAS

O BULLYING E O CYBERBULLYING TORNARAM-SE MUITO MAIS RECORRENTES NAS ESCOLAS